

Sumário

Prefácio	XVII
1 Introdução	1
2 A Organização Econômica e Jurídica da Indústria do Gás Natural	9
2.1 O Gás Natural	12
2.2 Exploração e produção	15
2.3 Importação e exportação.....	23
2.4 Processamento	26
2.5 Liquefação e regaseificação	29
2.6 Transporte (ou movimentação de gás natural)	31
2.6.1 Movimentação não dutoviária	32
2.6.1.1 Terminais de GNL	33
2.6.1.2 Movimentação rodoviária, aquaviária e ferroviária	35
2.6.2 Movimentação dutoviária.....	37
2.6.2.1 O transporte por meio de conduto	38
2.6.2.2 Os serviços locais de gás canalizado	48
2.7 Carregamento	52
2.8 Comercialização	54
2.9 Estocagem e acondicionamento	59
2.10 Consumo.....	63
3 As Falhas de Mercado e os Fundamentos Econômicos da Regulação de Monopólios Naturais	65
3.1 O conceito de monopólio	68
3.2 O conceito de monopólio natural	71
3.2.1 A relativização do conceito de monopólio natural	78
3.3 A doutrina das essential facilities	84
3.4 A escolha de modelo: o desenho do mercado.....	90
3.4.1 Regulação setorial vs. regulação da concorrência	91
3.4.2 Unbundling: a regulação setorial para proteção à concorrência.....	96

4 As Atividades Econômicas na Constituição: a Leitura Proposta.....	101
4.1 A reserva constitucional de atividades como divisão de competências	101
4.1.1 O conteúdo da competência.....	115
4.1.2 A divisão federativa de competências na indústria do gás natural.....	126
4.1.1.1 A fronteira entre os serviços locais de gás canalizado e o transporte de gás natural por conduto	129
4.2 O poder de polícia e o distinto espectro de atuação em relação às atividades de livre iniciativa e as atividades reservadas.....	145
4.2.1 A liberdade de iniciativa como eixo de análise.....	160
4.2.1.1 Conteúdo econômico mínimo da liberdade de iniciativa....	168
4.2.1.1.1 A possibilidade de controle de entrada e criação de exclusividade.....	170
4.2.1.1.2 A liberdade de alocação da capacidade: a determinação setorial de acesso de terceiro	175
4.2.1.1.3 A determinação do preço.....	191
4.2.1.1.4 A obrigação de divulgação de informações sobre nível de utilização e preço.....	199
4.2.1.2 Os princípios constitucionais econômicos delimitadores do conteúdo mínimo da liberdade de iniciativa.....	201
4.2.1.2.1 A livre concorrência e a vedação ao abuso de poder econômico.....	201
4.2.1.2.2 A função social da propriedade.....	206
4.3 Conclusão	212
5 A aplicação da Leitura Proposta à Atividade de Transporte Dutoviário de Gás Natural	221
5.1 A delimitação da atividade: o que está alcançado por transporte dutoviário de gás natural? Todos os gasodutos que não sejam de serviços locais de gás canalizado?	221
5.2 O transporte dutoviário de gás natural como monopólio da União: obrigação prestacional pela União?	224
5.3 O regime de exploração da atividade de transporte dutoviário de gás natural por privados: direito público ou privado?	227

5.3.1 A contratação de empresas estatais ou privadas para exploração da atividade de transporte dutoviário de gás natural.....	235
5.3.1.1 Os limites da discricionariedade da União: em havendo interessados em explorar a atividade, a União pode negar o título habilitante?	241
5.3.2 A necessidade de licitação: é necessário licitar para contratar?.....	245
5.3.3 A possibilidade de alteração unilateral de regras pela União: é possível? Quais as consequências? Há garantia ao equilíbrio econômico-financeiro?	247
5.3.4 O título habilitante e a escolha do desenho de mercado	252
5.3.4.1 Publicatio vs. Ordenatio: a escolha do legislador infraconstitucional pela autorização ou concessão leva a uma menor ou maior possibilidade de intervenção na atividade?	253
5.3.4.2 Autorização e concessão na exploração do transporte dutoviário de gás natural.....	255
5.3.4.2.1 Autorização na Lei n. 9.478/1997.....	255
5.3.4.2.1.1 Desverticalização	258
5.3.4.2.1.2 Objeto da outorga	262
5.3.4.2.1.3 Acesso de terceiros	269
5.3.4.2.1.4 Remuneração do transportador	276
5.3.4.2.2 Autorização e concessão na Lei n. 11.909/2009	280
5.3.4.2.2.1 Desverticalização	283
5.3.4.2.2.2 Objeto da outorga.....	283
5.3.4.2.2.3 Acesso de terceiros.....	285
5.3.4.2.2.4 Remuneração do transportador	286
5.3.4.2.3 Autorização na Lei n. 14.134/2021	286
5.3.4.2.3.1 Desverticalização.....	289
5.3.4.2.3.2 Objeto da outorga.....	290
5.3.4.2.3.3 Acesso de terceiros	293
5.3.4.2.3.4 Remuneração do transportador	296
5.3.4.3 A contratação do serviço de transporte dutoviário de gás natural	299

5.3.4.3.1 Aspectos regulatórios do contrato firmado entre o transportador e o carregador	301
5.3.4.3.2 A contrapartida devida pelo carregador ao transportador	303
5.3.4.3.3 A cessão – voluntária ou compulsória – da capacidade de serviço de transporte	306
6 Conclusão	309
Referências	319